



CAPÍTULO 15

DIFICULDADES NA AVALIAÇÃO DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SPAECE NAS 3as SÉRIES DO ENSINO MÉDIO

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5321825300615>

Rui Vicente Feitoza Muniz

Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, Assunção – Paraguai
[https://buscatalt.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.
do?metodo=apresentar&id=K4828553P9](https://buscatalt.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4828553P9)

Christiane Kline de Lacerda Silva

Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, Assunção – Paraguai
<http://lattes.cnpq.br/4295324763537066>
<https://orcid.org/0000-0002-2973-8100>

RESUMO: O Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará – SPAECE tem sido uma ferramenta essencial para moldar e monitorar as políticas educacionais no Ceará, fornecendo dados para reflexão e ações corretivas. No entanto, a abordagem excessiva nas avaliações externas pode desviar a atenção de outras questões igualmente importantes para a melhoria do ensino. Desta forma, o estudo teve como objetivo geral: Determinar dificuldades existentes na Avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará - SPAECE nas 3^{as} séries do Ensino Médio de Mauriti – CE, em 2024, e para alcançá-lo estabeleceu-se objetivos específicos: identificar dificuldades didático-pedagógicas, identificar dificuldades organizacionais escolares e enunciar dificuldades organizacionais do sistema na avaliação do SPAECE nesta cidade. A investigação teve enfoque quantitativo e caracterizou-se como não-experimental, descritiva, transversal e utilizou como técnica de coleta de dados a enquete e instrumento. Fundamentou-se teoricamente em estudos de Aragão (2021), Luckesi (2022), Paro (2017), Hoffman (2016), Sousa e Ferreira (2019), Bandalise (2011), Andrade et al., (2024) entre outros e teve como principais resultados que as avaliações do SPAECE alteram as aulas, que se concentram em conteúdos específicos destas avaliações, e o tipo de tarefa proposta, interferindo na forma de avaliar o aluno. Concluiu-se que no âmbito didático-pedagógico é que as dificuldades se

destacam mais junto com as dificuldades relacionadas ao próprio Sistema Permanente de avaliação e as dificuldades organizacionais escolares, não são tão expressivas.

PALAVRAS-CHAVE: dificuldades, avaliação, SPAECE, Ensino Médio

CHALLENGES IN EVALUATING THE PERMANENT EDUCATION ASSESSMENT SYSTEM OF CEARÁ (SPAECE) IN THIRD-YEAR HIGH SCHOOL CLASSES

ABSTRACT: The Permanent Evaluation System of the State of Ceará – SPAECE has been an essential tool for shaping and monitoring educational policies in Ceará, providing data for reflection and corrective actions. However, the excessive focus on external evaluations may divert attention from other issues that are equally important for improving education. Thus, the general objective of this study was: To determine the existing difficulties in the Evaluation of the Permanent Education Evaluation System of Ceará – SPAECE in the 3rd grades of High School in Mauriti – CE, in 2024. To achieve this, specific objectives were established: to identify didactic-pedagogical difficulties, to identify school organizational difficulties, and to state systemic organizational difficulties in the SPAECE evaluation in this city. The research had a quantitative approach and was characterized as non-experimental, descriptive, and cross-sectional, using a survey and questionnaire as data collection techniques. It was theoretically based on studies by Aragão (2021), Luckesi (2022), Paro (2017), Hoffman (2016), Sousa and Ferreira (2019), Bandalise (2011), Andrade et al. (2024), among others. The main findings indicated that SPAECE evaluations alter classroom instruction, which becomes focused on specific test content and task types, thereby affecting the way students are assessed. It was concluded that didactic-pedagogical difficulties stand out the most, along with challenges related to the SPAECE system itself, while school organizational difficulties are not as significant.

KEYWORDS: difficulties, evaluation, SPAECE, High School

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação brasileira enfrenta diversos desafios e busca aprimorar sua qualidade e acompanhar o meio da implementação de políticas de avaliação, sendo a avaliação educacional um instrumento fundamental para identificar pontos fortes e flexíveis do sistema educacional, direcionar políticas de melhoria, e garantir que as metas e objetivos educacionais sejam alcançados.

Uma das principais políticas de avaliação em vigor no Brasil é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que compreende a Prova Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O SAEB tem como objetivo avaliar o desempenho dos alunos em diferentes etapas da educação básica, como o Ensino Fundamental

e o Ensino Médio. Além disso, a avaliação também contempla a análise dos fatores que impactam o ensino, como infraestrutura das escolas, formação dos professores e gestão escolar.

O repasse de algumas verbas está diretamente vinculado ao desempenho dos alunos nessas avaliações, criando uma atmosfera de pressão e expectativa em torno dos resultados. Essa condição gera um cenário de terror psicológico para os alunos e professores, que se veem sob a intensa cobrança de alcançar determinadas metas estabelecidas. No entanto, surge uma inquietação: Quais são as dificuldades na Avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará - SPAECE nas 3^{as} séries do Ensino Médio de Mauriti – CE, em 2024? Essa dúvida paira sobre os pesquisadores, levantando questionamentos sobre a verdadeira eficácia e adequação desse método de avaliação.

As pesquisas sugerem que nem sempre as avaliações do SPAECE têm um impacto positivo nas práticas pedagógicas das escolas, e algumas dificuldades podem surgir no âmbito didático-pedagógico: na adaptação das estratégias de ensino aos resultados obtidos, na preparação dos alunos até a interpretação dos resultados; Na organização escolar, referentes a questões internas das escolas e do próprio sistema, destacando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva na implementação e avaliação contínua do sistema. Com base no exposto, surgem as seguintes perguntas específicas: Quais as dificuldades didático-pedagógicas na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio em Mauriti-CE, no ano de 2024? Quais as dificuldades organizacionais escolares na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio em Mauriti-CE, no ano de 2024? E Quais as dificuldades organizacionais do sistema na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio Mauriti-CE no ano de 2024?

Essa investigação tem como objetivo geral determinar dificuldades existentes na Avaliação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará - SPAECE nas 3^{as} séries do Ensino Médio de Mauriti – CE, em 2024. E como objetivos específicos: Identificar dificuldades didático-pedagógicas na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio, em Mauriti-CE, no ano de 2024, identificar dificuldades organizacionais escolares na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio, em Mauriti-CE, no ano de 2024 e enunciar dificuldades organizacionais do sistema na avaliação do SPAECE em escolas do Ensino Médio em Mauriti-CE, no ano de 2024?

A investigação sobre um sistema de avaliação educacional no contexto da cidade Mauriti – CE revela o desejo de que a avaliação educacional seja representativa da realidade vivida pelos alunos, docentes e escolas de Ensino Médio no município, bem como as perspectivas futuras, representando estímulo social ao buscar melhorar a qualidade da educação na comunidade, estímulo acadêmico ao contribuir para o conhecimento na área de avaliação educacional, e estímulo pessoal ao oferecer

uma oportunidade de crescimento e impacto positivo na vida dos estudantes e da própria equipe de avaliação. Desta maneira, a investigação possui relevância social, prática, acadêmica e pessoal.

O SPAECE é uma importante política de avaliação no estado do Ceará, e seu estudo no município de Mauriti pode fornecer informações relevantes para o aprimoramento do sistema educacional local, levando a compreensão mais ampla do SPAECE e a utilização dos seus resultados bem como as dificuldades enfrentados pelas escolas para direcionar políticas de melhoria e promover uma educação mais inclusiva e igualitária. Assim, determinar as dificuldades da avaliação educacional, com foco no SPAECE no município de Mauriti - CE, é de grande relevância social, pois permite compreender como a implementação dessa política de avaliação impacta diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos.

Ao identificar as debilidades do sistema educacional local e direcionar políticas de melhoria com base nos resultados obtidos, a investigação pode contribuir para o aprimoramento da educação em Mauriti, pois uma educação de qualidade é um pilar fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma comunidade, garantindo melhores oportunidades para os estudantes e preparando-os para enfrentar os desafios da vida adulta.

Compreender as dificuldades enfrentadas pelo SPAECE nas escolas de Mauriti permite identificar áreas problemáticas para implementar programas específicos para melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado na região. Ao identificar os fatores locais que impactam a eficácia do SPAECE, é possível direcionar recursos educacionais de forma mais eficiente, priorizando as áreas que mais são relevantes de apoio e investimento.

Em relação à relevância acadêmica, a pesquisa sobre o SPAECE em Mauriti pode contribuir para o enriquecimento do conhecimento na área de avaliação educacional e políticas públicas. SPAECE é realizado, seus indicadores e critérios de avaliação, bem como a utilização de seus resultados pelas escolas e pela Secretaria de Educação, o estudo pode fornecer informações valiosas para aprimorar essa política de avaliação e torná-la mais eficiente e eficaz.

Em termos de relevância pessoal, a pesquisa oferece uma oportunidade única para o investigador envolvido aprofundar seus conhecimentos em um tema de grande prestígio social e acadêmico. O estudo pode proporcionar crescimento profissional e pessoal, desenvolvendo habilidades de pesquisa, análise de dados e interpretação de resultados.

DIFICULDADES NA AVALIAÇÃO DO SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - SPAECE NAS 3^{AS} SÉRIES DO ENSINO MÉDIO

Para compreender os possíveis obstáculos ou entraves no Sistema Permanente de Avaliação, faz-se necessário refletir um pouco a respeito da avaliação, que quase sempre está atrelada a sentimentos negativos: medo da reprovação, da insuficiência e do julgamento dos avaliadores. Estes sentimentos ficaram, por muito tempo, impregnados nas concepções e práticas de avaliação no âmbito educativo, no entanto, a avaliação da aprendizagem é um fundamental e relevante no contexto educacional, sendo uma prática essencial para entender o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

A avaliação da aprendizagem abrange diversas formas de coletar informações sobre o desempenho dos alunos, seja por meio de provas, trabalhos, projetos ou outras atividades, e tem o propósito de mensurar o conhecimento adquirido, identificar pontos fortes e fracos, fornecer *feedback* aos alunos e aos professores, e nortear a tomada de decisões pedagógicas. De acordo com Luckesi (2022, p. 18), a avaliação da aprendizagem escolar, “[...] – estava diretamente articulada com as concepções pedagógicas às quais serve como uma de suas medicações”.

As avaliações em larga escala têm como objetivo medir o desempenho dos alunos em uma escala macro, ou seja, em um nível mais amplo do que a avaliação individual e classificatória. Essas avaliações envolvem a aplicação de testes em uma grande amostra de estudantes, representando diferentes regiões, escolas e contextos socioeconômicos. Dessa forma, permite uma análise mais ampla das tendências e padrões de desempenho educacional, fornecendo informações relevantes para a formulação de políticas públicas e tomada de decisão no âmbito educacional.

As avaliações externas têm se mostrado mais claras às perspectivas educacionais contemporâneas, que valorizam a diversidade de habilidades e competências dos estudantes, bem como o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida em sociedade, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a colaboração. Portanto, as avaliações em larga escala ganharam espaço em muitos sistemas educacionais como uma abordagem mais abrangente e inclusiva de avaliação, promovendo uma visão mais holística do processo educacional e confiante para o aprimoramento das políticas educacionais em busca de uma educação mais equitativa e de qualidade para todos os estudantes. Acerca das avaliações em larga escala, Luckesi (2022, p. 14) explica que:

Nas proximidades dos finais do século XX, educadores e gestores da educação, no Brasil e fora dele, passaram a compreender que o estudante não é – e não pode ser – o único responsável tanto pelo sucesso como pelo fracasso nas aprendizagens escolares. Daí que, a partir do final dos anos 1980, nasceram as fenomenologias

da avaliação em educação denominadas de “institucional” e de “larga escala”. São modalidades de investigação avaliativa que se destinam a qualificar o desempenho das instituições educacionais – federais, estaduais, municipais e particulares – que, de fato, estabelecem as condições para a aprendizagem e para o desempenho dos estudantes tomados de forma individual ou de modo coletivo.

Ambas as abordagens (larga escala e institucional) têm o propósito de fornecer benefícios para melhorar a qualidade do ensino e promover a equidade educacional, levando em consideração não apenas o desempenho individual dos alunos, mas também os fatores que influenciaram seu aprendizado. Dessa forma, a avaliação institucional e a avaliação em larga escala são ferramentas essenciais para a compreensão do panorama educacional e o aprimoramento das políticas educacionais.

Existem diferentes tipos de avaliações institucionais que podem ser realizadas no âmbito educacional, cada uma com seus objetivos e abordagens específicas. Com base em Oliveira (2005), destacam-se os seguintes tipos de avaliações institucionais: avaliação diagnóstica, que é realizada no início de um programa, curso ou ciclo escolar, com o objetivo de identificar o conhecimento prévio e as habilidades dos alunos; ela permite que os professores tenham uma compreensão clara do ponto de partida dos estudantes, facilitando o planejamento e a adaptação do currículo para atender às necessidades individuais e coletivas. A avaliação formativa, que ocorre ao longo de todo o processo educacional, fornecendo *feedback* contínuo aos alunos e professores. Seu propósito é monitorar o progresso dos alunos e identificar suas dificuldades, permitindo que ajustes sejam feitos no ensino e na aprendizagem para melhorar o desempenho dos alunos.

A avaliação externa é realizada por órgãos ou instituições independentes da escola ou universidade, geralmente conduzidas por órgãos governamentais ou entidades especializadas. Seu propósito é verificar a qualidade da instituição e conformidade com os padrões adotados. Esses tipos de avaliações institucionais são complementares e podem ser aplicados em diferentes momentos e contextos educacionais.

Segundo Paiva (2010), a avaliação externa tem um caráter normativo e comparativo, concedida para a prestação de contas da instituição perante a sociedade. Conduzida dentro da própria instituição, a avaliação institucional interna busca identificar pontos fortes e ausentes da instituição, com o propósito de promover melhorias e aprimorar sua atuação. Segundo Demo (1996), a avaliação interna é um processo de autoconhecimento e autorreflexão, envolvendo a participação ativa de toda a comunidade acadêmica.

As avaliações internas e externas têm grande importância para a educação, porque permitem uma análise sistemática e contínua do processo educacional, identificando pontos fortes e falhas do sistema educacional. Permite o aprimoramento constante

das práticas pedagógicas e da gestão escolar, visando a melhoria da qualidade do ensino; fornecem informações para a formulação de políticas educacionais mais efetivas e direcionadas às necessidades reais das escolas e dos estudantes.

A relação entre gestão escolar e avaliação externa é de extrema confiança para o processo de melhoria contínua da qualidade da educação. A avaliação externa é uma ferramenta que fornece indicadores sobre o desempenho dos alunos, das escolas e dos sistemas educacionais como um todo. A partir desses resultados, a gestão escolar pode tomar decisões estratégicas e implementar ações para melhorar o ensino e a aprendizagem. Um dos autores que abordam essa relação é Dourado (2011), que destaca que a avaliação externa pode fornecer informações valiosas para a gestão escolar, auxiliando no diagnóstico das externas e potencialidades da instituição. Com base nos resultados obtidos, os gestores podem identificar áreas que precisam de intervenção e definir prioridades para o desenvolvimento de políticas educacionais mais efetivas.

Paro (2014) ressalta que a importância da avaliação externa como um instrumento para a prestação de contas à sociedade sobre a qualidade da educação oferecida. A partir dos resultados da avaliação, a gestão escolar pode prestar esclarecimentos à comunidade escolar, pais e responsáveis, e tomar medidas para melhorar os aspectos que foram identificados como desafios. Além disso, uma avaliação externa pode contribuir para a construção de uma cultura de avaliação e monitoramento constante na gestão escolar. Ao ter acesso a indicadores e comparativos, os gestores podem acompanhar o progresso ao longo do tempo e tomar decisões mais fundamentadas. Entretanto, a relação entre gestão escolar e avaliação externa também pode gerar desafios, como o risco de uma ênfase excessiva nos resultados, negligenciando outros aspectos importantes da educação, ou o uso inadequado dos resultados para fins punitivos ou de comparação entre escolas. Assim, a relação entre gestão escolar e avaliação externa deve ser pautada na compreensão da avaliação como uma ferramenta de diagnóstico e melhoria contínua, esperançosa para o desenvolvimento de uma gestão mais eficiente e voltada para a promoção do aprendizado dos alunos.

Hoffmann (2016) e Vasconcellos (2002) explicam que os métodos e procedimentos de avaliação interna e externa são ferramentas fundamentais para a obtenção de informações precisas e abrangentes sobre o desempenho das instituições educacionais, estudantes e sistemas de ensino. Essas avaliações têm como objetivo principal a análise e o aprimoramento contínuo da qualidade da educação.

A avaliação externa, conforme explicam Hoffmann (2016) e Vasconcellos (2002), tem como objetivo fornecer uma visão mais ampla e imparcial do sistema educacional. Seus métodos e procedimentos incluem: Provas Padronizadas - exames aplicados a estudantes em diferentes etapas da educação, medindo o desempenho em

habilidades específicas, como leitura, matemática e ciências; Avaliação de Sistemas de Ensino - análise das políticas educacionais, currículos, programas e projetos formados pelas redes de ensino; Avaliação de Escolas - visitação e avaliação in loco das escolas, verificando a infraestrutura, o clima escolar, a gestão e as práticas pedagógicas; Avaliação de Indicadores Educacionais - análise de dados estatísticos e indicadores educacionais, como taxa de aprovação, taxa de evasão, taxa de abandono, entre outros.

Os indicadores nas avaliações externas são expressos por medidas quantitativas ou qualitativas que permitem avaliar o desempenho dos alunos, das escolas e do sistema educacional como um todo. Eles são utilizados para fornecer informações objetivas sobre o nível de aprendizado dos alunos, o funcionamento das escolas e a eficácia das políticas educacionais. Segundo Ludke e André (2013), os indicadores são elementos que buscam sintetizar informações sobre o desempenho educacional, expressando um resultado que é considerado relevante para o objetivo avaliativo. Esses indicadores podem ser baseados em diversos aspectos, como resultados de avaliação de desempenho, taxas de aprovação e reprovação, taxa de abandono escolar, entre outros.

A combinação dessas duas modalidades de avaliação, interna e externa, proporciona uma visão completa do desempenho da instituição de ensino e do sistema educacional como um todo. A avaliação interna possibilita uma reflexão interna sobre a prática pedagógica e a gestão da escola, enquanto a avaliação externa oferece uma perspectiva mais ampla e comparativa do sistema educacional em relação a outros contextos

Andrade (2001) e Cunha (2013) concordam que as avaliações externas têm um impacto significativo nas práticas pedagógicas e na gestão das instituições educacionais. Essas avaliações, conduzidas por órgãos governamentais ou entidades independentes, têm o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos, das escolas e dos sistemas de ensino em relação a determinados padrões e critérios. Elas influenciam as práticas pedagógicas dos professores, uma vez que os resultados obtidos são utilizados para identificar as áreas de ingresso dos estudantes e das turmas. A partir dessas informações, os educadores podem adaptar suas estratégias de ensino, priorizar conteúdos relevantes e desenvolver intervenções pedagógicas específicas para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos.

Andrade (2001) e Cunha (2013) explicam que as avaliações externas também exercem influência sobre a gestão escolar. Os gestores precisam analisar os resultados obtidos pela escola nas avaliações e utilizar essas informações para traçar planos de ação e implementar melhorias. Isso pode envolver ações como capacitação de professores, revisão de currículos, implementação de projetos educacionais e ajustes

nas políticas de gestão. As estimativas externas promovem a responsabilidade dos professores e dos gestores em relação à qualidade do ensino oferecido. Os resultados são divulgados publicamente, tornando as escolas e os sistemas de ensino mais transparentes e sujeitos à prestação de contas perante a comunidade e os órgãos responsáveis pela educação.

Os resultados das avaliações externas podem fornecer dados relevantes para a identificação de políticas públicas educacionais. As informações podem subsidiar decisões tomadas no sentido de investir em áreas específicas da educação que precisam de aprimoramento e em projetos que visem a melhoria do ensino. As avaliações externas criam um ambiente propício para a busca constante por melhorias na educação. Ao identificar pontos fortes e flexíveis, tanto nas práticas pedagógicas quanto na gestão, as escolas e os sistemas de ensino são incentivados a melhorar continuamente, procurando sempre elevar a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Andrade (2001), Cunha (2013), Paro (2014) e Hoffmann (2001) explicam que as avaliações externas enfrentam diversos obstáculos que podem comprometer sua aplicação e impactar na qualidade da educação. Alguns desses obstáculos incluem resistência de parte dos professores e gestores, falta de recursos e infraestrutura adequada, desigualdades socioeconômicas entre as escolas e dificuldades na aplicação das provas. Para superar esses obstáculos, é fundamental investir em estratégias como o fortalecimento da formação docente, o apoio técnico-pedagógico às escolas, a promoção de um ambiente colaborativo entre os profissionais da educação, a alocação adequada de recursos financeiros e tecnológicos, e a criação de políticas públicas educacionais que consideram como particularidades de cada instituição de ensino.

Os resultados das avaliações externas ao longo do tempo podem refletir na educação de um país ou região, bem como encontrar desafios persistentes. Por meio da análise dos resultados ao longo dos anos, é possível identificar tendências, acompanhar a evolução dos indicadores educacionais e verificar a evolução das políticas públicas integradas.

Casali (2007) citado por Bandalise (2011) definindo que de um modo geral, a avaliação envolve saber “situar cotidianamente, numa certa ordem hierárquica, o valor de algo enquanto meio (mediação) para a realização da vida do(s) sujeito(s) em questão, no contexto dos valores culturais e, no limite, dos valores universais.” (p. 316)

Assim, os resultados das avaliações externas não devem ser usados apenas para classificar ou hierarquizar as escolas, eles devem subsidiar ações que visem à equidade e ao fortalecimento do ensino, garantindo oportunidades iguais de aprendizado para todos os estudantes, aperfeiçoamento institucional, e, consequentemente avanços sociais. Nesta perspectiva, tem-se a avaliação como um processo de construção.

Desta forma, instituir um sistema de avaliação educacional em larga escala torna-se uma tarefa complexa. Vianna (2001) citado por Neto (2010) destacam que para isto “é necessária uma grande capacidade de processamento de informação, além de uma competente equipe multidisciplinar para gerenciar tanto a sua aplicação como seus resultados e, não menos importante, significativos recursos financeiros (p. 90).” Logo, a avaliação de sistemas educacionais não pode ser, segundo Neto (2010), “improvisada” ou se encerrar em identificar os problemas, mas centrar-se em buscar as causas do baixo desempenho para a sua superação.

Neste sentido, foi implementado em 1992 o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) pela Secretaria da Educação (SEDUC). O SPAECE consiste em avaliações de larga escala de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas aos estudantes do ensino fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Desde sua implementação o SPAECE seguiu uma trajetória apresentada brevemente a seguir:

A ideia de SPAECE originou-se com a participação do Ceará no primeiro ciclo do Sistema de Educação Básica – SAEB em 1990, que foi realizado em parceria com a Universidade Federal do Ceará – UFC. Neste trabalho foram levantados dados específicos que permitiram identificar graves problemas na educação básica.

Os resultados dessa avaliação revelaram que o estado do Ceará, em relação aos indicadores educacionais, apresentava graves problemas de acesso ao ensino básico, de produtividade do sistema e de baixo índice de rendimento escolar. Esse cenário, associado a outros aspectos, como a necessidade de diagnósticos mais precisos da rede, foi o agente motivador para a criação de um sistema de avaliação próprio que pudesse acompanhar a evolução da aprendizagem dos alunos, além de oferecer subsídios para a tomada de decisões no âmbito de políticas públicas educacionais (Ceará, 2005, citado por Andrade et al., 2024, p. 11).

Andrade et al (2024) citam Lima (2007) para salientar fatores que foram determinantes para a criação de um processo de avaliação de larga escala no Estado do Ceará, sendo o primeiro deles, a ênfase na qualidade voltada para a melhoria dos resultados escolares; as políticas de descentralização, que redefiniram o papel do Estado e exigência de informações sobre o financiamento e a alocação de recursos, e a pressão social quanto a transparéncia da aplicação destes recursos nas escolas. Estes fatores se configuraram em passos direcionados à democratização da gestão escolar.

Na sua implantação, o atual SPAECE foi chamado de Avaliação do Rendimento Escolar dos Alunos de 4^a e 8^a Séries, popularmente chamado de “Avaliação das Quartas e Oitavas” e posteriormente chamado de “Avaliação da Qualidade do Ensino”. Neste momento, 1992, os seus objetivos foram fomentar uma cultura no Estado do Ceará, possibilitar o acompanhamento, pelos partícipes do processo educativo efetivo, dos resultados escolares obtidos do final do ano letivo e analisar as necessidades básicas de aprendizagem com vistas ao monitoramento das ações educacionais. (Lima, 2007, citados por Andrade et al, 2024).

Cabe ressaltar que esta primeira edição não refletiu os resultados avaliação do Estado do Ceará, que se caracterizou como uma avaliação censitária, mas apenas das escolas da rede estadual de ensino de Fortaleza. Já em 1993, a avaliação foi ampliada em sua abrangência, houve a diversificação dos indicadores e a elaboração de um Índice de Qualidade da Escola, que era composto pela proficiência dos alunos e um indicador de conservação do ambiente escolar. (Andrade et al, 2024).

Isto destaca uma preocupação mais específica com os aspectos didáticos e organizacionais, mas em 1994, esta tornou-se evidente quando segundo Andrade et al (2024): “procurou-se melhorar o conhecimento sobre a escola a partir da apropriação de alguns indicadores e da posterior construção de escalas de mensuração das seguintes dimensões: qualidade do ensino, produtividade do sistema e infraestrutura física (p.12).”

Os supracitados autores assinalam outras modificações no sistema que ocorreram nos anos seguintes. Em 1995, o sistema de avaliação passou a ser bianual em anos pares, intercalando-se com as edições do SAEB. Em 1996, passou a ser denominado Sistema Permanente de Avaliação do Rendimento Escolar do Ceará, mas a sigla ainda não era utilizada e em 1998, a parceria com a UFC foi fortalecida e de 27 municípios avaliados em 1996, o sistema de avaliação alcançou o total de 61 municípios.

O ano 2000 foi marcado, segundo aponta Lima (2007) em Andrade et al (2024) pela Portaria nº 101/2000, que institucionalizou e modificou a estrutura do sistema de avaliação, que passou a ter como objeto tanto o rendimento escolar quanto a avaliação institucional, finalmente englobando as aprendizagens e a gestão escolar.

O SPAECE consolidou-se enquanto política pública de avaliação, proporcionando aos agentes educacionais e à sociedade informações sobre o processo de ensino-aprendizagem e o desempenho das instituições escolares, uma vez que o rendimento dos alunos reflete a qualidade dos serviços prestados pelas escolas.

Em 2001 e 2002 o SPAECE foi informatizado “SPAECE- NET”, mas esbarrou na problemática da lentidão das conexões. Em 2004 deixou de ser informatizado e aumentou a abrangência para todos os municípios do Ceará de 4^a e 8^a série do Ensino Fundamental e 3^a série do Ensino Médio.

Em 2006 voltou a ser anual e a sua atuação passou a ser em 3 focos, apontados por Andrade et al (2024): “(1) a avaliação da alfabetização aplicada com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, denominada SPAECE-Alfa; (2) a avaliação do Ensino Fundamental, aplicada aos alunos do 5º e do 9º ano; (3) e a avaliação em todas as séries do Ensino Médio (p. 15).”

O sistema de avaliação foi se atualizando paulatinamente e em 2012 incluiu a matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em 2013 passou a ser realizado no Ensino Médio por amostra nas o 2^a e 3^a séries, censitário para a

1^a série do Ensino Médio e a 5^a e 9^a do Ensino Fundamental, e na 2^a série do Ensino Fundamental através do SPAECE-Alfa. Em 2017 apenas a 3^a série do Ensino Médio foi censitário. (Andrade et al, 2024)

Considerando, que as acepções mais amplas sobre avaliações educacionais indicam que há uma noção de estrutura que define as diferentes realidades envolvidas, que são apontadas por Figari (1996) citado por Bandalise (2010) como as macroestruturas (os sistemas educacionais), as mesoestruturas (as escolas) e as microestruturas (as salas de aulas).

O SPAECE comprehende três vertentes: Avaliação de Desempenho Acadêmico, Avaliação Institucional e Estudos e Pesquisas Educacionais, descritas por Gatti (2009, p. 14):

Na primeira, de natureza externa, o Sistema avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Identifica-se o nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos. Abrange todos os alunos das escolas estaduais e municipais. São aplicados questionários investigando dados socioeconômicos e hábitos de estudo dos alunos, perfil e prática dos professores e diretores. Na vertente da Avaliação Institucional, possibilita à escola, através da Autoavaliação e da Avaliação de Desempenho do Núcleo Gestor, conhecer e aperfeiçoar as Inter-relações, os serviços prestados, o desempenho do corpo docente e discente, dos funcionários e gestores. Objetiva a implementação de mudanças no cotidiano escolar. A terceira vertente comprehende Estudos e Pesquisas Educacionais, bem como Avaliações de Programas, buscando aprofundar o conhecimento das situações-problema e das tendências detectadas nas avaliações.

O SPAECE se estruturou a partir de modificações desde sua origem e cada uma delas buscou superar dificuldades que surgiam em sua aplicação, no entanto, no âmbito das escolas, e, especificamente em sala de aula, isto envolve uma série de adaptações. A perspectiva de dificuldade adotada neste estudo não se refere, pois, a incapacidade de realizar algo, mas aquilo que estorva ou atrapalha o seu desenvolvimento. (Dificuldade, s.d.)

As dificuldades podem se manifestar, Bandalise (2010) na articulação entre os três níveis de avaliação (sistema, escola e sala de aula). Tendo em vista que existe a avaliação externa que é em larga escala, a avaliação institucional deveria ser interna à escola e voltada para suas necessidades e a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem interna à sala de aula e assunto específico do trabalho do professor.

O ensino médio é uma ponte entre a escola e o mercado de trabalho, assim como entre a adolescência e a vida adulta, o que representa um grande desafio para os sistemas educacionais, nesta etapa de ensino são refletidas as aprendizagens dos alunos durante toda a sua trajetória na educação básica, o seu sucesso ou insucesso. Por esta razão específica, é na última série do ensino médio que se concentram também as preocupações e tensões tanto por parte dos alunos quanto das escolas que passam a se organizar em torno de preparatórios que garantam aos alunos acesso às universidades, o que nem sempre ocorre nas séries anteriores não tiverem sido desenvolvidas as habilidades e competências específicas.

A avaliação educacional é um processo pelo qual as fragilidades do sistema educacional, através do SPAECE podem ser detectadas com perspectiva de solução de problemas que acontecem no ensino e da aprendizagem, e tendo em vista a complexidade do ensino médio, esta avaliação deve ser precisa, sendo fundamental eliminar as barreiras existentes ao seu bom funcionamento no âmbito didático-pedagógico, organizacionais escolares e do próprio sistema.

DIFÍCULDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O SPAECE EM SALA DE AULA

As avaliações externas e em larga escala são realizadas por agentes de fora das escolas para aferir o desempenho dos alunos, mas deixam muitas dúvidas quanto ao seu caráter pedagógico por tratar-se de instrumento de regulação do Estado cujo processo de concepção, planejamento, elaboração, correção e análise, são exteriores à escola “Ela busca aferir o desempenho demonstrado pelos alunos, a fim de que seja possível confrontar o que o ensino é com o que deveria ser, do ponto de vista do alcance de algumas habilidades. (Rocha, s.d.)”.

Os professores não são desconhecedores da importância das avaliações e têm competências técnicas para avaliar a aprendizagem de seus alunos, ocorre que por virem de fora do contexto escolar, muitas vezes as avaliações externas são vistas com estranheza e resistência por parte da comunidade educacional.

Por focalizar no ensino, não serem compreendidas integralmente e ter um caráter regulador, as avaliações externas, geram dificuldades no âmbito escolar para a sua realização pelo que significam, a forma que são aplicadas e a utilidade de seus resultados. “A avaliação está incluída no bojo das diversas ações que estão sendo estabelecidas pelas políticas públicas educacionais com o objetivo de orientar as atividades das instituições escolares, dos profissionais, estudantes e suas famílias”. (Santos et al., 2013, p. 43)

Assim, para refletir sobre as dificuldades didático-pedagógicas no sistema de avaliação é necessária a compreensão sobre o significado os termos termo didático-pedagógico, que diz respeito a integração entre a didática e a pedagogia, ou seja, está relacionado tanto aos recursos práticos de ensino quanto aos métodos e teorias aplicadas em sala de aula.

A avaliação de sistemas educacionais efetiva-se em larga escala de forma externa à escola e tem como finalidade principal averiguar a equidade e a eficiência dos sistemas nos processos de ensino e de aprendizagem e, a partir dos seus resultados, subsidiar os órgãos formuladores das políticas nas tomadas de decisões voltadas à gestão. Ou seja, o Estado é o avaliador e os professores, os alunos e as escolas como um todo são os avaliados. (Pinto, 2013, p. 3)

Este pensamento encontra-se alinhado com a definição de Libâneo (1994) para quem a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho do professor que deve acompanhar cada passo do processo de ensino aprendizagem.

O sistema permanente de avaliação funciona como um mecanismo de regulação contínua das aprendizagens, implicando diretamente sobre as práticas de ensino-aprendizagem, mas é exatamente no cumprimento destas funções didático-pedagógicas de diagnóstico, controle e quanto aos instrumentos de verificação, que o fazer pedagógico se aparta dos objetivos educacionais em detrimento da avaliação estandardizada aplicada para a regulação dos sistemas de ensino.

Estas avaliações e testes estandardizados terminam por afetar diretamente as práticas de ensino-aprendizagem, pois todo o processo educativo passa a se construir em função destas avaliações, e, por isto, se tornam uma dificuldade para aplicação do próprio sistema de avaliação em larga escala, perdendo sua real possibilidade de detectar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, uma vez que, no intuito de atender os testes padronizados, as práticas pedagógicas passam a enfatizar os conteúdos o tipo de tarefa e até mesmo as formas de avaliar em detrimento do desenvolvimento dos alunos.

O caráter de regulação presente nas avaliações de larga escala interfere diretamente na organização do trabalho pedagógico, pois, de certa forma, modificam o objeto de estudo antes da verificação acontecer. Modificam as práticas de ensino, redefinem o que deve ser aprendido para o sucesso dos índices almejados, ao passo que removem do jovem do ensino médio expectativas de ter protagonismo, criticidade, autonomia e conhecimentos para acessar vagas na universidade, no mercado de trabalho e ascender socialmente. As dificuldades didático-pedagógicas que envolvem avaliações como as do SPAECE consistem na ênfase que é dada aos conteúdos específicos do Sistema de Avaliação Permanente em sala de aula, altera o tipo de tarefa proposta e interfere na forma de avaliar os alunos, de forma a limitar as práticas pedagógicas.

DIFÍCULDADES ORGANIZACIONAIS ESCOLARES NA AVALIAÇÃO DO SPAECE EM ESCOLAS DE 3^{AS} SÉRIES DO ENSINO MÉDIO MAURITI-CE NO ANO DE 2024

A ênfase nos resultados das avaliações educacionais em larga escala reflete nas práticas das organizações escolares. No processo de garantir a gestão para a qualidade total, Miranda et al., (2020) atenta que: "...as avaliações de larga escala passaram a adquirir relevância na organização dos processos de planejamento e gestão educacional e que há a pretensão de que tais resultados sejam incorporados pelos educadores na consecução do trabalho escolar... (p.253)."

Isto corrobora com os autores Freitas (2014) citado por Bertagna (2017) que atribuem às avaliações externas e o fortalecimento dos processos de avaliação internos da escola, ao controle do processo pedagógico das escolas por forças sociais liberal-conservadoras para que os objetivos, os conteúdos e os métodos educativos estejam subordinado aos seus interesses.

Por esta razão deve-se refletir sobre o cumprimento do papel social das escolas atualmente. São muitas as funções atribuídas às escolas: formação humana em valores e saberes, preparar o cidadão com criticidade para atuar e transformar a sociedade, mas o próprio contexto social coloca em questionamento o verdadeiro papel, o sucesso das instituições escolares e das políticas públicas educacionais.

Dias (2023), utilizando o método dialético, aponta dois pensamentos: o primeiro entende a escola como o local de formação do indivíduo para o mercado de trabalho e o segundo entende a escola como o local que deveria formar um cidadão consciente, crítico e pleno a viver em sociedade.

Os resultados das avaliações de larga escala provocam não apenas o engessamento do currículo e das práticas pedagógicas. A competitividade, inerente as políticas de avaliação educacional, pode levar também a dificuldades para a gestão da escola.

Não parece justo atribuir à escola todas as responsabilidades pelos resultados das avaliações de larga escala, uma vez que eles refletem o contexto socioeconômico e cultural que compõe o quadro da realidade dos alunos e que não é captado pelas lentes reguladas pelos instrumentos destas avaliações. No entanto, Mendes et al. (2021) asseveraram que as escolas estão se associando a um valor organizado das notas obtidas nestes testes. Para os autores, isto intensifica a responsabilização das escolas, a exclusão dos estudantes, e, que associados a práticas docentes não questionadoras, contribuem para que o magistério seja desmoralizado.

As avaliações externas alteram as rotinas das escolas e para que sejam realizadas dependem do trabalho dos gestores escolares em função de mobilizar a equipe escolar. Para chegar até o professor as determinações das políticas públicas que instituem as avaliações externas, dependem da articulação do trabalho da gestão para chegar ao professor e à sala de aula.

A equipe gestora da escola faz a mediação entre as determinações dos Sistemas de Ensino e o trabalho docente, no entanto existem alguns limites no trabalho dos gestores escolares em relação ao sistema de avaliação, que segundo Ronca (2013) citado por Hora e Lélis (2020), não compreendem a amplitude e a complexidade das escolas, em função dos fatores: fluxo e desempenho.

Tais fatores trazem, como consequência, a implementação de políticas equivocadas de responsabilização dos professores, no contexto da meritocracia; o afunilamento curricular, em virtude da supervalorização em leitura e matemática; impedimento

dos alunos considerados mais fracos para fazer a prova; a competição; a realização de cursos intensivos como estratégia pedagógica para a preparação dos alunos para os testes. As possibilidades para atingir qualidade na educação, além do cumprimento de metas, precisam abranger outros indicadores que contemplam uma visão de totalidade do contexto educacional, como constam no PNE. (Ronca, 2013 citado por Hora & Lélis, 2020, p. 42)

Alavarse et al., (2021) apontam dentre as principais indicações de dificuldades e desafios relatadas pelos gestores na pesquisa de Freitas (2014), destacam-se: a dificuldade de compreensão dos resultados das avaliações externas; a padronização dos procedimentos de aplicação; a resistência de professores com relação aos testes em larga escala; e o “descompromisso” dos alunos ao responderem a prova. Os autores apontam ainda: “(...) a dificuldade que os gestores revelaram com vistas à periodicidade das muitas avaliações externas e os consequentes desdobramentos para o planejamento do trabalho pedagógico, incluindo as interfaces com o próprio calendário escolar”. (Freitas, 2014, citado por Alavarse et al., 2021, p.264)

Ao abordar os efeitos sobre os gestores escolares, Stecher (2002) citado por Alavarse et al.(2021,p. 264), apontam ainda os seguintes efeitos negativos das avaliações de larga escala em suas práticas organizacionais escolares:

...serem levados a instaurar políticas para aumentar os resultados dos testes, mas não necessariamente para aumentar a aprendizagem; realocarem recursos para conteúdos/disciplinas que são avaliados em detrimento dos outros; desperdiçarem recursos na preparação para as avaliações; e se distraírem das necessidades e problemas das escolas.

DIFICULDADES ORGANIZACIONAIS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO SPAECE EM ESCOLAS DE 3^{AS} SÉRIES DO ENSINO MÉDIO MAURITI-CE

A avaliação de sistemas educacionais se efetiva em larga escala de forma externa à escola e tem como finalidade principal averiguar a equidade e a eficiência dos sistemas nos processos de ensino e de aprendizagem e, a partir dos seus resultados, subsidiar os órgãos formuladores das políticas nas tomadas de decisões voltadas à gestão. Ou seja, o Estado é o avaliador e os professores, os alunos e as escolas como um todo são os avaliados. (Pinto, 2013)

A inexistência de clareza a respeito dos objetivos da avaliação e a dificuldade de definir e produzir consenso em torno de padrões de qualidade claros, que permitam comparar longitudinalmente os resultados obtidos e que possam ser utilizados para analisar as possíveis mudanças que se operam a partir das políticas e programas implementados, faz com que a preocupação recaia sobre os resultados das provas e sua dimensão técnica, não se enfatizando as análises contextuais que permitiriam um melhor entendimento da situação educacional e uma intervenção mais efetiva, como destacou Laies (2003, p. 18), citado por (Bauer et al., 2015, p.

1374) para quem: “Os sistemas educativos deixaram de trabalhar para melhorar a qualidade e a equidade educativa e passaram a trabalhar para o melhoramento dos resultados das avaliações”.

O nível de responsabilização dos agentes pareceu maior, e a pressão pela entrega de resultados ficou mais visível, por meio de maior quantidade de avaliações diagnósticas, mecanismos de controle, supervisão do ensino e possibilidade de substituição dos agentes envolvidos com a prática, em casos de a avaliação de desempenho está aquém do esperado.

Segundo Costa et al. (2019) as avaliações em larga escala possuem um caráter exclusivamente competitivo em função da imposição dos mecanismos de mercado no interior do serviço público e citam Cerdeira, Almeida e Costa (2014) que apontam exagero na interpretação do alcance dos sistemas de avaliação.

É esperado que as avaliações de larga escala possam ser utilizadas para o mapeamento do sistema educacional e os seus sujeitos, pois possuem potencialidades para levantar importantes informações para subsidiar o direcionamento na execução das políticas públicas educacionais.

Assim, o SPAECE busca coletar informações em três vertentes: Avaliação de Desempenho Acadêmico, Avaliação Institucional e Estudos e Pesquisas Educacionais, sendo a primeira, externa, voltada para identificação nível de proficiência e a evolução do desempenho dos alunos, voltando-se para a avaliação de competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

As avaliações externas e a internas devem ser complementares para a melhoria da educação e o SPAECE possui, potencialidades e possibilidades para avaliar a educação de forma a retratar as fortalezas e debilidades do Sistema Educacional, no entanto é importante atentar para a preparação dos avaliadores e das escolas, às condições financeiras para a realização dos trabalhos, além de atentar às especificidades de cada região para que não seja apenas uma reprodução das avaliações Nacionais.

Entretanto, como evidenciado, a literatura também apresenta estudos que têm apontado dificuldades por parte dos gestores escolares na interpretação dos indicadores presentes nos documentos oficiais de divulgação e, por conseguinte, na utilização pedagógica deles nas escolas. Ao pesquisar sobre iniciativas e modelos de avaliação brasileiras, Gatti (2009, p. 15) já identificava “problemas de utilização dos dados por diretores de escola, coordenadores pedagógicos e professores” nas avaliações estaduais e nacionais, sendo necessário enfrentar o desafio de realizar uma divulgação dos dados em “formas mais adequadas” e “diferenciadas conforme a audiência”. Por isso, visando garantir melhores condições para o uso efetivo dos dados gerados pelas avaliações externas a formação dos profissionais que atuam nas escolas precisa ser enfrentada (Alavarse et al., 2021, p.265)

A formação dos profissionais envolvidos diretamente nas avaliações externas pode ser considerada uma condição para o uso adequado dos dados obtidos nas avaliações externas, assim, instrumentalizar as equipes escolares é fundamental para isto. Sobre a formação dos profissionais, Alavarse et al., (2021) citam Horta Neto (2013, p. 290) que reconhecem as dificuldades relacionadas ao tamanho das redes e falta de interesse dos gestores educacionais em aprofundar as análises. Os autores apontam que: o desenvolvimento de instrumentos e estratégias que possibilitem que tanto os profissionais da educação como a sociedade em geral possam se apropriar de seus resultados. Para tanto, é importante que a linguagem utilizada na sua divulgação seja nítida e que aponte com clareza, inclusive com a apresentação de exemplos, qual o significado das escalas apresentadas e de como seus resultados podem ser utilizados para melhorar a qualidade da educação brasileira.

Problemas na utilização pedagógica dos resultados. Os dados obtidos nas avaliações externas só poderão ser considerados insumos estratégicos para a tomada de decisão quando foram compreendidos e utilizados pelos agentes escolares enquanto uma forma de intervenção e participação ativa desses agentes como protagonistas no processo de avaliação. (Silva & Carvalho, 2014)

No entanto, para o uso adequado dos dados levantados na avaliação externa é necessário “instrumentalizar” as equipes escolares, ou seja, propiciar formação para a utilização dos instrumentos avaliativos e para a interpretação correta dos resultados. Neste sentido, para a eficiência e eficácia das avaliações do Sistema de Avaliação Permanente devem desenvolver instrumentos e estratégias de apropriação destes resultados.

Relacionados às avaliações de larga escala nacionais os sistemas locais teriam maiores possibilidades de se apropriarem e gerenciar adequadamente os resultados destas avaliações, e, de acordo com Sousa et al.,(2012) citados por Cerdeira (2018), têm maior capacidade de monitoramento, o que favorece o uso imediato no planejamento pedagógico. Embora haja essa facilidade, alguns entraves estão associados às avaliações externas, apontadas pela autora em pesquisas nacionais e internacionais, que são: “a resistência ou desconhecimento das possibilidades de usos dos dados produzidos, dentre outros fatores, em função de uma visão prévia negativa e até reducionista dos objetivos das avaliações externas (p.612).”

Por outro lado, existe uma cobrança para que estes dados sejam utilizados nos discursos oficiais que vêm, pressionando os gestores dos sistemas de ensino e os gestores escolares a terem maior interesse pelo uso dos dados. A pressão para a utilização pedagógica dos resultados tem sido identificada em diversos estudos de Brooke e Cunha (2011), Bauer et al. (2015), Silva et al. (2013), Cerdeira (2015). (Cerdeira, 2018)

Cerdeira (2018) cita Book e Cunha (2011) para apontar o “lado bom” das políticas de avaliação e responsabilização. Segundo os autores, estas podem estimular efeitos positivos, tais como o aumento do trabalho coletivo da equipe escolar para a melhoria da aprendizagem de todos os alunos e a equidade educacional, mas lembram que estas possuem efeitos negativos do uso pedagógico dos resultados das avaliações externas, como: estreitamento do currículo, premiações, exclusão dos “piores”, investimento pedagógico nos “melhores”, treino para provas e as fraudes. No entanto, os autores salientam a importância de refletir sobre outros fatores contextuais dos sistemas de ensino e das escolas, além da responsabilização:

No entanto, é importante destacar que a formação em aspectos específicos da avaliação de larga escala, e o consequente conhecimento sobre a sua intencionalidade, características, e testes, pode levar a maior compreensão a respeito destas. A preparação dos agentes educativos, poderia levá-los a utilizar correta e conscientemente os resultados destas avaliações e adotar as práticas pedagógicas para garantir o desenvolvimento dos alunos. Sem os conhecimentos específicos a respeito da avaliação externa é possível que os dados sejam interpretados de forma distorcida e sem qualquer aplicação favorável ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem escolar.

Silva e Gimenes (2015) asseveram que existe o esforço, por parte dos agentes educativos, para apropriarem-se e utilizarem as avaliações externas como instrumento pedagógico útil e pertinente ao trabalho das escolas e dos professores, mas não há consenso sobre as formas de utilização dos resultados.

Parece ainda não haver algum consenso quanto às melhores formas de utilização da avaliação e de seus resultados no âmbito das Secretarias de Educação. De alguma forma isso ajuda a compreender a ampla autonomia didática que escolas e professores já possuem para a criação de uma diversidade de usos, dos quais alguns parecem ser bastante pertinentes e outros, recomendam cautela e análise em sua adoção. (Silva & Gimenes, 2015, p. 39)

Assim, os resultados das avaliações externas somente poderão favorecer a melhoria no âmbito educacional se os dados representarem fidedignamente a realidade. Problemas na incorporação dos resultados nas práticas pedagógicas remetem à inadequada instrumentalização das equipes escolares e apropriação dos resultados.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A dificuldade didático-pedagógica predominante é a alteração do tipo de tarefa proposta em sala de aula, o que implica que os professores ajustam as atividades para que contemplam o modelo de teste aplicado no SPAECE, no entanto isto compromete a autonomia dos professores para buscarem trabalhar temas e atividades

conforme a necessidade dos alunos ou mesmo com o seu desejo. Isto torna o ensino uma mera reprodução da testagem em larga escala, comprometendo, a formação integral dos alunos e a preparação para outras situações que não aquelas vividas nas avaliações externas.

As avaliações do SPAECE estão direcionando o que ocorre em sala de aula nas 3^{as} séries do Ensino Médio de Mauriti – CE, interferindo também na forma de avaliar os alunos, uma vez que os professores também estão preocupados em assemelhar as provas realizadas em sala de aula aos testes padronizados e avaliá-los em função destes testes, de forma que o ensino e a própria avaliação se descharacterizam e perdem sua real função.

As aulas realizadas nestas turmas concentram-se apenas nos conteúdos específicos da avaliação em larga escala, e isto implica que as disciplinas e conteúdo que não são objetos destas avaliações são tratados com pouca importância, e, as disciplinas que são exigidas para as avaliações externas de larga escala são priorizadas, o que consiste em um dano irreparável aos alunos, quando se trata de concorrer a uma vaga em universidades ou mesmo para entrar no mercado de trabalho, pois para ter autonomia e protagonizar a vida em sociedade é necessário desenvolver competências que permitam interpretar o mundo em toda a sua diversidade e fazer escolhas assertivas diante das mais variadas situações da vida, ou seja, requer todo o conhecimento, competências e habilidades do currículo prescrito.

Assim foi possível identificar que desde o conteúdo trabalhado em sala de aula, os tipos de tarefas desenvolvidas e as formas de avaliação, estão completamente impregnadas pelas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação e isso representa a dificuldade mais significativa obtida no estudo. Além de ser a mais significativa, pode ser a mais comprometedora, pois afeta diretamente todo o processo de ensino-aprendizagem, pois avaliação da aprendizagem deve servir como instrumento orientador das práticas pedagógicas em função de adequar o ensino às necessidades dos alunos, mas o que ocorre é exatamente o contrário, quando as avaliações do SPAECE determinam o que ocorre no âmbito do processo de ensino-aprendizagem e isto enfraquece o ensino ofertado.

Das dificuldades organizacionais escolares na avaliação nas escolas de avaliações do SPAECE em escolas de 3^{as} séries do Ensino Médio Mauriti-CE no ano de 2024, esta teve menor expressividade no estudo, mas foi possível identificar que incidem sobre a má interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas em larga escala, mas obteve-se que a maioria dos professores não são resistentes a estas avaliações e que tampouco se instaura nas escolas políticas para aumentar os resultados da escola. Isto significa que há uma certa credibilidade nestas avaliações por parte dos professores e das escolas, que já se encontram totalmente adaptadas às avaliações do SPAECE e as formas de interferência da cultura de avaliação que este sistema imprime já se encontra institucionalizada, faz parte também da cultura escolar.

Embora as dificuldades organizacionais escolares tenham apresentado resultados menos expressivos, isto não significa que seja algo positivo no que trata da qualidade dos serviços e do cumprimento da função social da escola, e sim, que essa cultura foi assimilada em detrimento das reais necessidades de aprendizagem dos alunos e do ensino, embora, a partir do treino para estes testes eles também adquiriram competências e habilidades para respondê-los.

A respeito das dificuldades organizacionais do sistema, foi possível enunciar que estas incidem principalmente sobre a inadequação da linguagem utilizada na divulgação dos resultados obtidos nestas avaliações, o que torna difícil para que a comunidade escolar possa estar ciente dos avanços obtidos pela escola e consequentemente, problemas de utilização pedagógica dos resultados, no entanto o estudo apresenta que a maioria dos diretores estão interessados em aprofundar as análises dos resultados obtidos nas avaliações do SPAECE. Desta maneira, fica clara a necessidade de uma formação específica para a interpretação destes dados, pois se isto ocorrer, impactará na execução de ações para solucionar a problemática detectada. Desta forma, o Sistema Permanente de Avaliação do Ceará, precisa não apenas de transparência na divulgação dos resultados, mas também de preparar os partícipes do processo de ensino-aprendizagem para interpretar e desenvolver estratégias de execução para melhorar o processo de ensino-aprendizagem, pois os resultados devem ser utilizados para fornecer informações objetivas sobre o nível de aprendizado dos alunos, o funcionamento das escolas e a eficácia das políticas educacionais.

Através destes aspectos foi possível determinar que as maiores dificuldades ocorrem justamente no âmbito didático- pedagógico, seguidas de dificuldades organizacionais do próprio sistema, pois as escolas estão habituadas com este sistema, no entanto falta a consciência, que permita aos agentes do processo educativo, não sobrepor as avaliações à educação. Contra esta consciência estão as políticas educacionais voltadas para benefícios, concorrências entre escolas e *rankings*, no entanto a escola é uma instituição com uma função social, que é formar cidadãos preparados para ter uma vida pessoal, profissional equilibrada e para transformar a sociedade a partir de sua atuação. É isto que dá sentido à escola e perder-se disso é colocar em xeque a existência da própria escola.

Por esta razão recomenda-se que os estudos futuros possam acompanhar o desempenho de alunos egressos das escolas com maior destaque nas avaliações do SPAECE no que trata de acesso às universidades e mercado de trabalho, a fim de verificar se isto, de alguma maneira impacta em seu sucesso.

Sugere-se, pois que sejam realizadas formações continuadas para gestores, professores, demais operadores do sistema, a fim de familiarizá-los e aproximar-los dos reais objetivos das avaliações externas de larga escala e transformar gradativamente

a cultura de responsabilização a que estão submetidos ao comprometimento com sucesso, de forma que a avaliação não seja percebida como um elemento a parte do processo, mas integrante e contribuinte para a qualidade da educação

REFERÊNCIAS

- ALAVARSE, O. M.; CHAPPAZ, R. de O.; FREITAS, P. F. **Avaliações da aprendizagem externas em larga escala e gestores escolares: características, controvérsias e alternativas.** Cadernos de Pesquisa, São Luís, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- ANDRADE, W. M.; SILVA, A. G. F. G. da; SANTOS, M. J. C. dos. **O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece): trinta anos de história. Educação: Teoria e Prática**, v. 34, n. 67, 2024. eISSN 1981-8106. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- BANDALISE, M. **Avaliação Institucional na Escola: conceito, contextos e práticas. Olhar de Professor**, p. 315-330, 03 mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.13i2.0008>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- BERTAGNA, R. **Dimensões da formação humana e qualidade social: referência para os processos avaliativos participativos.** In: SODI, M. R.; VARANI, A.; MENDES, G. D. (Org.). Qualidades da escola pública: reinventando a avaliação como resistência. Navegando Publicações, 2017. p. 1-333.
- CERDEIRA, D. G. **Fatores associados ao uso dos resultados de avaliações externas no contexto das políticas de responsabilização educacional.** RPBPAE, p. 613-634, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol34n22018.76015>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; MONTE, A. L. L. do; VIEIRA, S. L. **Políticas de avaliação externa e suas interfaces com as ações municipais: o caso de cinco municípios cearenses.** Jornal de Políticas Educacionais, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.0.21.4/jpe.v12i0.64012>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- CUNHA, E. **Autismo na escola: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – Ideias e práticas pedagógicas.** Niterói: Wak Editora, 2013.
- DEMO, P. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- DIAS, E. **A Educação e a escola. Para que servem as escolas? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, p. 621–629, jul./set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003101201>. Acesso em: 9 jul. 2025.

DOURADO, L. F. **O público e o privado na agenda educacional brasileira.** In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Orgs.). Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2011.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista.** 44. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2016.

HORA, D. L. da; LÉLIS, L. S. C. **O processo de apropriação dos resultados das avaliações externas e do IDEB em escola básica amazônica.** Revista Teias – Sessão Temática Desafios da Educação na/da/para a Amazônia, p. 39-54, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.49408>. Acesso em: 9 jul. 2025.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem: Componentes do ato pedagógico.** São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2013.

MENDES, O. M.; MENDES, R. M.; MARTINS, K. P. G. **Avaliações externas no contexto escolar: relatos de professoras.** Rev. FSA, Teresina, p. 187-213, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12819/2020.18.01.9>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MIRANDA, N. de A.; GARCIA, P. S.; VERASZTO, E. V. **Avaliação em larga escala e seus efeitos na gestão escolar: a concepção dos diretores.** Rev. FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, p. 251-268, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n57.p251-268>. Acesso em: 9 jul. 2025.

NETO, J. L. **Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema.** Estudos RBEP, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/4271906>. Acesso em: 9 jul. 2025.

OLIVEIRA, N. M.; BANIN, E. S.; BRID, J. C. A.; OLIVEIRA, L. S. de. **Avaliação da aprendizagem: uma revisão sobre concepções e instrumentos de avaliação da aprendizagem da educação básica ao ensino superior.** ACTIO – Docência em Ciências, p. 1-21, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/actio.v6n3.14475>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PAIVA, C. D. C. et al. **Avaliação educacional no Brasil: os sistemas atuais medem ou avaliam? Uma entrevista com um docente de ensino médio.** Revista Foco, p. 1-14, jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n7-060>. Acesso em: 9 jul. 2025.

PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, M. A. **A avaliação de sistemas e a avaliação das escolas: proposições, realidades e perspectivas.** 2 maio 2013. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65807/1/u1_d29_v3_t03.pdf. Acesso em: 9 jul. 2025.

ROCHA, G. **Avaliação Externa.** [s.d.]. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/avaliacao-externa>. Acesso em: 9 jul. 2025.

SANTOS, L. **Impacto da avaliação externa nas práticas docentes.** In: **Avaliação das aprendizagens na avaliação da Educação.** Conselho Nacional de Educação, 2013. p. 111-127. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/261214361>. Acesso em: 9 jul. 2025

SILVA, V. G. da; CARVALHO, C. P. de C. **Uso e efeitos das avaliações externas como objeto de pesquisa.** Estudos em Avaliação Educacional, p. 12-21, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/109242242>. Acesso em: 9 jul. 2025.

VASCONCELOS, M. C. C. **A casa e os seus mestres: a educação no Brasil oitocentos.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.